



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 358/2019 - CMG

CONTRATO ADM. No. 005/2019 – CMG

DISPENSA Nº 003/2019 – CMG

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A CASA MILITAR DA
GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ E A
EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S.A REFERENTE A
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019 – CMG,
PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
358/2019 – CMG, CONFORME ABAIXO DE
EXTABELECE.

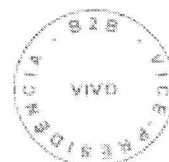
Por este instrumento, de um lado, como CONTRATANTE a **CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ**, órgão da Administração direta, CNPJ nº 07.313.542/0001-63, como sede na Av. Doutor Freitas, nº 2531, Bairro da Pedreira, CEP: 66.087-810, nesta cidade de Belém – Pará, CEP: 66087-810, neste ato representada pelo seu chefe, o Sr. **CEL QOPM R/R OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR**, RG 9916, CPF nº 042.691.858-48, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado como contratada, a empresa **TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, CNPJ nº 02.558.157/0001-62, Inscrição Estadual nº 108.383.949.112, como sede a Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Bairro Cidade Monções, São Paulo – SP, CEP: 04571-000, neste ato representada por CARLOTA BRAGA DE ASSIS LIMA, administradora, casada, CPF nº 613.147.201-44, RG nº 630.486 SSP/DF, com endereço comercial no SCS, Quadra 02, Bloco C, LJ 206 e 223 P/PAV 1º ao 7º, Asa Sul, Brasília – DF, CEP: 70302-916 e WELLINGTON XAVIER DA COSTA, administrador, solteiro, RG nº 3516308 SSP/GO, CPF Nº 887.321.001-59, com endereço comercial no SCS, Quadra 02, Bloco C, LJ 206 e 223 P/PAV 1º ao 7º, Asa Sul, Brasília – DF, CEP: 70302-916, se obrigam a cumprir as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 - O presente contrato será regido pela Legislação Federal nº 8.666/1993, Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor e Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), no que couber, e demais legislações vigentes aplicáveis ao assunto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA e A PROPOSTA

2.1- O presente Contrato vincula-se as regras, condições e especificações dispostas no Termo de Referência elaborado por esta casa Militar e na proposta apresentada pela empresa, os quais encontram-se anexados nos autos do processo supra.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

3.1 – A minuta deste contrato foi elaborada pela Assessoria Jurídica da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará nos termos do Art. 38, Parágrafo Único da Lei nº 8666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO

4.1. – Contratação de empresa especializada de telecomunicações que possua cobertura de sinal para todos os municípios do Estado, para a prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP de plano corporativo, além da cessão, em regime de comodato, de aparelhos telefônicos móveis, de acordo com as especificações do Termo de Referência e da Proposta Comercial, assim como a transmissão de dados para acesso a internet, incluindo todo o suporte técnico eventualmente necessário para estes serviços para atender as demandas da Casa Militar da Governadoria.

4.1.1 - Para a prestação de serviços de Telefonia Móvel — SMP, com tráfego de voz, mensagens de texto e tráfego de dados, também se incluem na contratação, em regime de comodato de 10 (dez) aparelhos telefônicos e 10 (dez) mini modems de internet.

4.2 — SMP - Linhas do Serviço Móvel Pessoal - Contratação da quantidade de 10 (dez) linhas móveis, conforme discriminado neste Termo e as especificações.

4.2.1 — Para esta cotação, o Lote único está composto em serviços enumerados e descritos a seguir:

Nº 1: Assinatura mensal por acesso de voz de 10 (dez) linhas móveis: Valor fixo mensal devido pela disposição do serviço de telefonia móvel pessoal por acesso de voz contratado nas condições previstas neste Termo de Referência.

Nº 2: Contratação de serviço SMP: ligação feita de móvel para móvel da mesma operadora, e que não pertença a este plano Cooperativo, ou seja, ligações Extra-Grupo (em minutos);

Nº 3: Contratação de serviço SMP: ligação feita de móvel para móvel de outra operadora (em minutos);

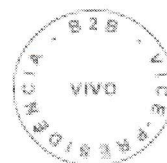
Nº 4: Contratação de serviço SMP: ligação feita de móvel para fixo (em minutos);

Nº 5: Prestação de serviços de dados (acesso à Internet de banda larga) no padrão 3G e 4G com alcance nacional e sem limite de tráfego de dados, a partir de aparelhos fornecidos pela CONTRATADA.

Nº 6 : Contratação de 10(dez) Mini-Modems para acesso remoto pela internet -na forma de modem banda larga 3G e 4G sem fio e 10 (dez) pacotes de dados.

4.2.2 — Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados e/ou não contratados. 4.2.3

— Não haverá tarifação, sendo custo zero para a CONTRATANTE as ligações realizadas entre Móvel/Móvel — Intra-Grupo e o envio/recebimento de mensagens curtas de texto entre os aparelhos deste plano cooperativo.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



4.3 — Características SMP

4.3.1 — A CONTRATADA deverá disponibilizar aparelhos no regime de comodato. Nos casos de furto e roubo, a reposição de aparelhos será feita mediante a apresentação do Registro de Ocorrência Policial, cabendo a Administração o ressarcimento do mesmo.

4.3.2 — Os serviços de AD (adicional de deslocamento), DSL-1 (recebimento de ligação dentro do Estado do Pará, na área de cobertura da operadora, em cidade com DDD diferente) e DSL-2 (recebimento de ligações em outro Estado) não deverão ser cobrados;

4.3.3 — Os serviços de chamada em espera, desvio de chamada, consulta, conferência, identificação de chamada e correio de voz também não deverão ser cobrados.

4.3.3.1 — No caso do desvio de chamada, este não será cobrado somente quando ocorrer entre acessos móveis que compõem a este contrato.

4.4 — Para o Serviço Móvel Pessoal, os parâmetros para a medição da qualidade são aqueles definidos na regulamentação expedida pela Anatel, em especial, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal — RGQSMP (Anexo à Resolução n° 575, de 28 de outubro de 2011).

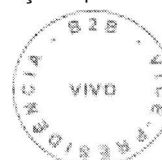
4.5 — Acesso à internet:

4.5.1 — A Transmissão de Dados vinculada aos serviços de telefonia móvel previstos neste Termo para a prestação de serviço de acesso à Internet via modem e via aparelho telefônico móvel deverá atender aos requisitos mínimos exigidos pela agência reguladora.

3

4.6 — Via Modem:

- a) Para a prestação de serviço de acesso à Internet via modem, a CONTRATADA deverá fornecer dispositivo de comunicação de dados no padrão 3G e 4G, com interface USB, que será instalado em computadores portáteis ou outros equipamentos da CONTRATANTE.
- b) Os dispositivos de comunicação de dados deverão obrigatoriamente estar habilitados e aptos para funcionamento em todo Território Nacional e, sob demanda, internacional.
- c) Os dispositivos de comunicação de dados deverão ser habilitados com serviços de dados, para tráfego ilimitado (sem limitação de velocidade ou de dados trafegados, quando dentro do pacote), incluindo a assinatura de provedor de acesso à Internet, com 1 Mbps de velocidade de acesso para 3G e 4Mbps para 4G, sendo reduzida a velocidade após o alcance do limite de uso do pacote contratado.
- d) Os dispositivos de comunicação de dados deverão ser fornecidos em regime de comodato durante a vigência do contrato. Os modelos a serem fornecidos deverão apresentar compatibilidade tecnológica com a Rede e os serviços prestados pela Operadora.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



- e.2) Os dispositivos de comunicação de dados devem atender às seguintes características: Velocidade de transmissão de dados de 1 Mbps para 3G e 4Mbps para 4G;
 - e.3) Antena embutida;
 - e.4) Deverão ser fornecidos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos dispositivos de comunicação de dados, incluindo software de instalação, manual do usuário;
 - e.5) Compatibilidade com Sistema Operacional Ubuntu 13.04 ou superior, Linux x11 ou superior e Microsoft Windows XP, Vista, 7 e 8.
- f) A CONTRATADA se obriga a prestar suporte para instalação do(s) dispositivo(s) de comunicação de dados no(s) equipamento(s) da CONTRATANTE quando demandada, incluindo instalação e/ou configuração do software, parâmetros, identificação e senha para a plena utilização dos serviços;

4.7 — Via Aparelho Celular:

- a) A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso à Internet Móvel de Banda Larga, sob demanda, com 1 Mbps de velocidade de acesso para 3G e 4Mbps para 4G.
- b) Os dispositivos de comunicação de dados deverão obrigatoriamente estar habilitados e aptos para funcionamento em todo Território Nacional e, sob demanda, internacional.
- c) Os dispositivos de comunicação de dados deverão ser habilitados com serviços de dados para tráfego ilimitado (sem limitação de velocidade ou de dados trafegados), incluindo a assinatura de provedor de acesso à internet.

4.8 — Aparelhos Celulares:

4.8.1 — Os aparelhos deverão ser fornecidos pela empresa Contratada em até 30 dias da publicação do extrato do respectivo contrato na imprensa oficial, admitindo-se nesse período a utilização de equipamentos em caráter provisório;

4.8.2 — Os aparelhos devem possuir garantia mínima de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura do contrato;

4.8.3 — As opções de modelos de aparelhos ofertadas pela CONTRATADA que atendam os requisitos mínimos exigidos no item 5.1 e seus sub-itens deverão ser informadas na proposta comercial, bem como no momento da assinatura do contrato.

4.8.4 — A Operadora deverá disponibilizar o quantitativo de 10% (dez por cento) do total de aparelhos móveis contratados para ativação imediata em emergência onde prazos para reparo não forem porventura atendidos e nos casos de furto e roubo na forma estabelecida neste contrato.

4.8.5 - O backup de 10% (dez por cento) tratado no item acima deverá ser integralmente renovado a





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



cada 12 meses de vigência contratual.

4.8.6 - Os aparelhos/tecnologia deverão permitir o uso fora do Brasil (roaming internacional), sendo tarifados de acordo com os valores vigentes no país em que se encontrar o usuário.

4.8.7 - A cada 12 meses de vigência contratual deverá haver a reposição integral dos aparelhos móveis contratados.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR DO CONTRATO

5.1 - O valor do contrato está estimado mensalmente em R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), totalizando o valor estimado de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) para um período de 12 (doze) meses, conforme abaixo especificado:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL
1	ASSINATURA	Assinatura de Acesso	10	R\$ 5,00	R\$ 50,00	R\$ 600,00
2	ASSINATURA	Serviço Intra-Grupo	10	R\$ 5,00	R\$ 50,00	R\$ 600,00
3	ASSINATURA	Serviço de Gestão	10	0,00	0,00	R\$ 0,00
4	MINUTO	VC1 M/M (M) - VC1 P/ MESMA OPERADORA	1000	R\$ 0,20	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
5	MINUTO	VC1 M/M (D) - VC1 P/ OPERADORA DIFERENTE	1000	R\$ 0,20	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
6	MINUTO	VC1 M/M (I) - INTRA-GRUPO (DDD 91 MESMO CPNJ)	4000	0,00	0,00	0,00
7	MINUTO	VC1 M/ - MÓVEL/FIXO	500	R\$ 0,20	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
8	MINUTO	DSL 1 - DESLOCAM. NAS ÁREAS DA OPERADORA	100	0,00	0,00	0,00
9	CHAMADA	AD 1 - ADICIONAL DA ÁREA DA OPERADORA	100	0,00	0,00	0,00
10	ASSINATURA /INTERNET	SERVIÇO INTERNET	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
11	MODEM	SERVIÇO INTERNET	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
				TOTAL	R\$ 1.400,00	R\$ 16.800,00

5

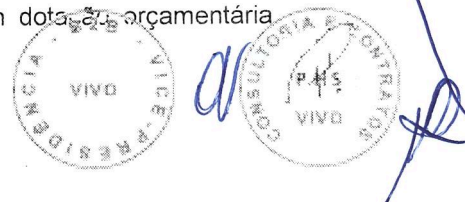
5.2 - Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados e/ou não especificados neste contrato.

5.3 — A quantia apresentada acima, não indica qualquer compromisso futuro, tão somente refletindo valor estimado para a contratação.

5.4 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, salvo o ICMS, em razão do que dispõe o artigo 17 do Anexo II do Decreto Estadual nº 4.676/01, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA — DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 — As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



própria, prevista no orçamento da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará, na Funcional Programática: 04.122.1297-8407 – Operacionalização das Ações Administrativas; Natureza de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subfonte: 2156, Ação: 183311.

CLÁUSULA SÉTIMA — DO PAGAMENTO

7.1 — O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA junto ao Banco do Estado do Pará, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, realizado através do código de barras contido na fatura, ou através da modalidade de pagamento através de Ordem Bancária de Fatura (O.B), via sistemas SIAFEM, devendo para isto ficar explicitado o nome da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, devendo a CONTRATADA estar em situação regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), relativas ao mês da competência.

7.2 — No caso de devolução da Nota Fiscal, Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

7.3 — Antes de cada pagamento, será efetuada a verificação da regularidade da contratada junto a Seguridade Social — CND e ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço — FGTS. Contudo, constatada a situação de irregularidade, a Contratante deverá advertir, por escrito, à contratada, a fim de que esta, em prazo exequível, regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato;

7.3.1 — Não será motivo para retenção de pagamento por serviços prestados, a irregularidade fiscal e trabalhista por parte da Contratada. Contudo, constatada a situação de irregularidade, a Contratante deverá advertir, por escrito, à contratada, a fim de que esta, em prazo exequível, regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato.

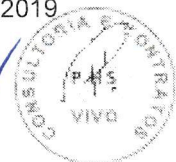
7.4 — A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital e do Contrato.

7.4.1 — Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

7.5 — O pagamento das faturas poderá ser realizado através do código de barras contido na fatura, ou através da modalidade de pagamento através de Ordem Bancária de Fatura (O.B), via sistemas SIAFEM, em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S.A. — BANPARÁ, conforme determina o Decreto Estadual n.º 877 de 31 de Março de 2008, ressalvados os casos dispostos na Instrução Normativa SEFA n.º 0018, de 21 de maio de 2008, Instrução Normativa SEFA n.º 0022 de 23 de junho de 2008 da Secretaria de Estado de Fazenda, publicada no DOE n.º 31174 de 23 de maio de 2008

CLÁUSULA OITAVA — VIGÊNCIA, REAJUSTE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

8.1 — O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de dia 15/08/2019





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



e os preços propostos permanecerão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA NONA — DA ALTERAÇÃO

9.1. — Poderá este contrato ser objeto de alteração, observando-se as formalidades legais e mediante assinatura de Termo Aditivo, com fundamento no Art. 65 e seguinte da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

9.2. — No interesse da CONTRATANTE, o valor inicial, poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto na Lei n.º 8.666/93;

9.3 — A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias.

9.4. — Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLAÚSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 — É vedada a subcontratação do objeto;

7

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 — Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e seus Anexos;

12.2 — Promover, mediante seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

12.3 — Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com a Contratada, de acordo com o prazo estabelecido em Contrato;

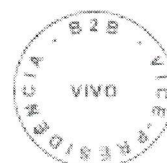
12.4 — Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

12.5 — Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e seus anexos;

12.6 — Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.7 — Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

12.8 — Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na prestação dos serviços;





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



12.9 – Receber os serviços sempre que atenderem os requisitos do contrato, ou indicar as razões de sua recusa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras decorrentes de lei:

13.1 - Permitir e subsidiar com informações o acompanhamento e fiscalização por parte da contratante;

13.2 — Apresentar relatório de fornecimento quando solicitado;

13.3 - Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado, por culpa ou dolo na execução do contrato, à CONTRATANTE, a seus prepostos ou terceiros, respeitado o contraditório e a ampla-defesa, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução deste contrato, não cabendo à CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes.

13.4 — Manter durante a vigência do Contrato as mesmas condições para sua contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;

13.5. — A Contratada deverá indicar um responsável na qualidade de proposto, para representá-la durante a execução do contrato, bem como para dirimir questões ao mesmo relacionado;

8

13.6. — Reconhecer os direitos da Administração previstos neste instrumento e na legislação pertinente em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo da sua rescisão;

13.7. — Comunicar a Casa Militar da Governadoria do Estado, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços, bem como, apresentar documentos comprobatórios;

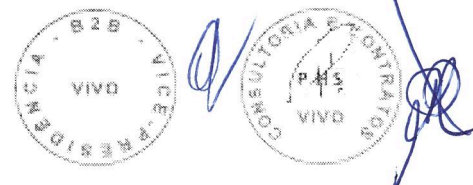
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. — Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2. — Nos termos do art. 86, da Lei n° 8.666, de 1993, fica a CONTRATADA, em caso de atraso injustificado na execução do respectivo Contrato, sujeita à multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculada sobre 1/12 do valor anual estimado do Contrato, por dia e por ocorrência (localidade/município).

14.3. — Na hipótese do item anterior, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, o órgão ou entidade CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do contrato.

14.4. — Não havendo mais interesse do órgão ou entidade CONTRATANTE na execução do contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, fica estipulada a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor anual estimado do contrato, nos termos do inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 1993.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



14.5. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, nos termos dos arts. 87 e 88 da Lei n.º 8.666, de 1993.

14.6. — O valor de multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

14.7. — Se o valor da multa for superior ao valor devido à CONTRATADA, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

14.8. A CONTRATADA ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- a) Comportar-se de modo inidôneo;
- b) Fizer declaração falsa;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.9. — Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado do Pará e, no que couber, às demais penalidades referidas na Lei n.º 8.666/93;

14.10. — Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE isentará a CONTRATADA das penalidades mencionadas;

14.11 – A critério da chefia da Casa Militar o valor das multas poderá ser descontado dos valores a serem pagos à contratada.

14.12. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Casa Militar ou com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

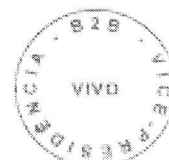
14.13. — Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

14.14. — No caso de anulação do procedimento por ilegalidade, o contrato dele decorrente será nulo, não assistindo aos licitantes qualquer indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido dos custos que tiver comprovadamente suportado até o momento da declaração de nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — RESCISÃO

15.1 — O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 77 a 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15.2. — A rescisão do Contrato poderá ser:





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



15.2.1 — Determinada por ato unilateral e escrito da Chefia da Casa Militar, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada lei, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

15.2.2 — Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração Pública;

15.2.3 — Judicial nos termos da legislação.

15.3. — A rescisão administrativa será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.4. — Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa no termos do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO

16.1. — As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Serão considerados casos fortuitos, ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou para aplicação de multas, os inadimplentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização da entrega do objeto do Acordo no local indicado:

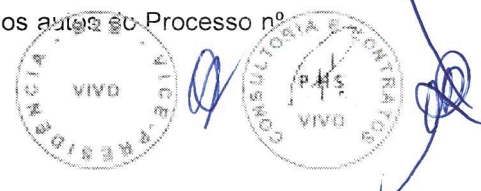
- a) greve geral;
- b) interrupção dos meios normais de transportes que impeça a locomoção do pessoal;
- c) calamidade pública;
- d) acidentes, sem culpa da CONTRATADA, que impliquem em retardamento da execução da atividade;
- e) consequências devidamente comprovadas, de condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais e não passíveis de previsão;
- f) eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s) Projeto(s) e Especificações, desde que autorizada pela CONTRATANTE;
- g) outros casos que se enquadrem no Parágrafo Único, do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

16.1.1 — Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela CONTRATADA perante a CONTRATANTE, por escrito.

16.1.2 — Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à CONTRATANTE, até 24 horas após a ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA PUBLICAÇÃO

17.1 — Fica dispensada a publicação conforme parecer jurídico, anexado nos autos do Processo nº





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO



358/2019, identificada a fundamentação legal da dispensa e o valor dos serviços, orçado em R\$ 16.800,00 (Dezesseis Mil e Oitocentos Reais), dentro do limite previsto no artigo 24, inciso II da Lei de Licitações e Contratos, sendo excepcionada a exigência de publicação em Diário Oficial do Estado, em razão do caráter de prontidão da demanda administrativa e do princípio da economicidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Belém, Estado do Pará, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas as questões porventura resultantes deste contrato.

E por assim haverem ajustado, as partes assinam este contrato, em **03 (três)** vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza efeitos.

Belém - PA, 07 de Agosto de 2019

Conduzir

Quar...

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARÁ
CEL QOPM R/R OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR
CONTRATANTE

[Assinatura]

TELEFÔNICA BRASIL S.A
CARLOTA BRAGA DE ASSIS LIMA
CONTRATADA

[Assinatura]

TELEFÔNICA BRASIL S.A
WELLINGTON XAVIER DA COSTA
CONTRATADA

Testemunhas:

1.Nome: _____ CPF: _____

2.Nome: _____ CPF: _____

Francisco Lobo da Silva

11

024.513.682

Reconhecimento de firma

Trav. Três de Maio, 1503 • São Brás • CEP 66063-383 • Fone: (91) 3249.4016 / 3243.1205

Reginaldo Pinheiro da Cunha - Tabelião

Reconheço a semelhança da firma de: OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR

Reconheço a verdade da verdade Emol.: R\$5.300,00. R\$0.45

Belém - PA, 16/09/2019 13:09 H024513682

Francisco Leonardo Lobo da Silva - ESCRIVENTE

Cartório Conduzir

4º Ofício de Notas

Belém - PA

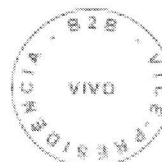
Reconhecimento de firma

Reconheço a semelhança da firma de: OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR

Reconheço a verdade da verdade Emol.: R\$5.300,00. R\$0.45

Belém - PA, 16/09/2019 13:09 H024513682

Francisco Leonardo Lobo da Silva - ESCRIVENTE



CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 344/2019 – CMG, 08 DE AGOSTO DE 2019.

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2019.

RESOLVE:

I – NOMEAR com o perfil de Coordenador de Patrimônio desta Casa Militar da Governadoria do Estado, o CAP QOAPM R/R RG 8816 JONAS ALENCAR DE SOUZA, sob o CPF: 152.456.832-53 e Matrícula Funcional: 3359077/1;

II – NOMEAR como o perfil Operacional de Patrimônio desta Casa Militar da Governadoria do Estado, o MAJ QOPM RG 15168 LUIS ROBERTO LOBATO DOS SANTOS JÚNIOR, sob o CPF: 599.345.572-15 e Matrícula Funcional: 5808030/1 e 2º SGT PM RG 14200 MARIA NEUSA DOS SANTOS TELES, sob o CPF: 292.230.322-53 e Matrícula Funcional: 5070961/1.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém/PA, 08 de agosto de 2019.

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 462616

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO**PORTARIA Nº 342/2019 – CMG, 08 DE AGOSTO DE 2019.**

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I- DESIGNAR o MAJ QOPM RG 27273 CÁSSIO TABARANÁ SILVA, CPF nº 630.340.932-68, MF nº 5807867/1, como FISCAL do Contrato Administrativo abaixo relacionado, firmado pela Casa Militar da Governadoria do Estado.

Nº.	CONTRATO Nº	EMPRESA
1.	010/2017	PORTO SEGURO CIA DE SERVIÇOS GERAIS

II – O referido servidor desempenhará a função de fiscal concomitantemente com as outras atividades de seu cargo ou função.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de 01/08/2019, revogando-se todas as disposições anteriores.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém / PA, 08 de agosto de 2019.

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 462603

PORTARIA Nº 348/2019 – CMG, 08 DE AGOSTO DE 2019.

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I- DESIGNAR a servidora ELINE MARIA BOTELHO COUTINHO, CPF nº 527.990.342-68, MF nº 5910649 como FISCAL dos Contratos Administrativos abaixo relacionados, firmados pela Casa Militar da Governadoria do Estado.

Nº.	CONTRATO Nº	EMPRESA
1.	007/2015	W.S.R. MARTINS SERVIÇOS DE ALIMENTOS EIRELI- EPP
2.	003/2017	V.S. DELGADO COMÉRCIO EIRELI

II – A referida servidora desempenhará a função de fiscal concomitantemente com as outras atividades de seu cargo ou função.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de 01/08/2019, revogando-se todas as disposições anteriores.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém / PA, 08 de agosto de 2019.

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 462594

PORTARIA Nº 351/2019 – CMG, 08 DE AGOSTO DE 2019.

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I- DESIGNAR a servidora IOLENE LEANDRO TAVARES, CPF nº 283.264.742-15, MF nº 539714601, como FISCAL dos Contratos Administrativos abaixo relacionados, firmados pela Casa Militar da Governadoria do Estado.

Nº.	CONTRATO Nº	EMPRESA
1.	002/2018	INTEGRAL DISTRIBUIDORA E ATACADISTA LTDA – EPP
2.	006/2018	M.E. DA SILVA BRITO – ME

II – A referida servidora desempenhará a função de fiscal concomitantemente com as outras atividades de seu cargo ou função.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de 01/08/2019, revogando-se todas as disposições anteriores.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém / PA, 08 de agosto de 2019.

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 462598

PORTARIA Nº 350/2019 – CMG, 08 DE AGOSTO DE 2019.

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I- DESIGNAR o MAJ QOPM RG 30328 VITOR SÉRGIO GOMES RIBEIRO, CPF nº 649.753.632-91, MF nº 5833299/1 como FISCAL do Contrato Administrativo abaixo relacionado, firmado pela Casa Militar da Governadoria do Estado.

Nº.	CONTRATO Nº	EMPRESA
1.	007/2016	BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

II – O referido servidor desempenhará a função de fiscal concomitantemente com as outras atividades de seu cargo ou função.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de 01/08/2019, revogando-se todas as disposições anteriores.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém / PA, 08 de agosto de 2019.

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 462596

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Dispensa de Licitação nº 03/2019****PROCESSO Nº 358/2019**

RATIFICO o parecer da ASJUR e a solicitação da Diretoria Administrativa e Financeira da CMG para contratação da TELEFÔNICA BRASIL S.A. (VIVO), para a prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP de Plano Corporativo, para atender as demandas da Casa Militar da Governadoria por um período de 12 meses, incluindo as linhas para uso exclusivo do Governador visando a comunicação nos municípios do Estado do Pará dispensada a publicação em razão do pequeno valor, conforme Parecer Jurídico constante nestes autos. Início da Vigência: 15/08/2019.

Belém-PA, 07 de Agosto de 2019.

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916.

Chefe da Casa Militar da Governadoria

Protocolo: 462633

DIÁRIA**PORTARIA Nº 346/2019 – CMG, 08 DE AGOSTO DE 2019**

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e.

CONSIDERANDO: O Processo nº 564/2019 - CMG, datado de 06/08/2019.

RESOLVE:

I – Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos militares abaixo mencionados por terem seguido viagem para as cidades de SALVATERRA, SOURE E BREVES/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CEL QOPM R/R RG 9916 OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR	34059150/1	042.691.858-48	08/08 a 10/08/2019	3,0 (Alimentação)
TEN CEL QOPM RG 13827 MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES	5774047/1	462.525.762-04		
MAJ QOPM RG 27025 LUIZ ANDRÉ MENEZES DE SOUZA	5774004/1	581.523.262-91		
MAJ QOPM RG 27273 CÁSSIO TABARANÁ SILVA	5807867/1	630.340.932-68	07/08 a 10/08/2019	4,0 (Alimentação)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém/PA, 08 de agosto de 2019

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 462324

PORTARIA Nº 345/2019 – CMG, 08 DE AGOSTO DE 2019

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e.

CONSIDERANDO: O Processo nº 544/2019 - CMG, datado de 31/07/2019.

RESOLVE:

I – Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao militar abaixo mencionado por ter seguido viagem para a cidade de PALMAS/TO, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
MAJ QOPM RG 27273 CÁSSIO TABARANÁ SILVA	5807867/1	630.340.932-68	01/08 a 04/08/2019	4,0 (Alimentação)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém/PA, 08 de agosto de 2019

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 462325

PORTARIA Nº 343/2019 – CMG, 08 DE AGOSTO DE 2019

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e.

CONSIDERANDO: O Processo nº 543/2019 - CMG, datado de 31/07/2019.

RESOLVE:

I – Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos servidores abaixo mencionados por terem seguido viagem para o município de BREVES/PA, com o intuito de desempenhar funções administrativas ligadas ao Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA ALCANTARA	3402690/1	108.719.852-68	07/08 a 10/08/2019	4,0 (Alimentação)
LUIZ ALBERTO DA SILVA LIMA	7003583	025.058.272-49		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Belém/PA, 08 de agosto de 2019

OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 462271

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 024/2019 – CMG, 25 DE JANEIRO DE 2019.
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais,

RESOLVE:
I - DESIGNAR o CAP PM RG 35477 RICHARD BATISTA DA COSTA, CPF nº 745.290.132-00, MF nº 571994951, como FISCAL do Contrato Administrativo abaixo mencionado, firmado pela Casa Militar da Governadoria do Estado.

Nº	CONTRATO Nº	EMPRESA
1.	008/2016	CLARO S.A

II - O referido servidor desempenhará a função de fiscal concomitantemente com as outras atividades de seu cargo ou função.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de 08/01/2019, revogando-se todas as disposições anteriores. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém / PA, 25 de janeiro de 2019.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401998

PORTARIA Nº 025/2019 – CMG, 25 DE JANEIRO DE 2019.
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais,

RESOLVE:
I - DESIGNAR o CB PM RG 32945 CLAYTON MENEZES CUNHA, CPF nº 752.318.162-72, MF nº 54192517/1, como FISCAL do Contrato Administrativo abaixo relacionado, firmado pela Casa Militar da Governadoria do Estado.

Nº	CONTRATO Nº	EMPRESA
1.	007/2015	W.S.R. MARTINS SERVIÇOS DE ALIMENTOS EIRELI - EPP

II - O referido servidor desempenhará a função de fiscal concomitantemente com as outras atividades de seu cargo ou função.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de 08/01/2019, revogando-se todas as disposições anteriores.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém / PA, 25 de janeiro de 2019.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401995

PORTARIA Nº 022/2019 – CMG, 25 DE JANEIRO DE 2019.
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais,

RESOLVE:
I - DESIGNAR o MAJ QOPM RG 15168 LUÍS ROBERTO LOBATO DOS SANTOS JÚNIOR, CPF nº 599.345.572-15, MF nº 58080301, como FISCAL do Contrato Administrativo abaixo relacionado, firmado pela Casa Militar da Governadoria do Estado.

Nº	CONTRATO Nº	EMPRESA
1.	007/2018	TELEFÔNICA BRASIL S/A

II - O referido servidor desempenhará a função de fiscal concomitantemente com as outras atividades de seu cargo ou função.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de 08/01/2019, revogando-se todas as disposições anteriores.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém / PA, 25 de janeiro de 2019.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401992

DIÁRIA

PORTARIA Nº 030/2019 – CMG, 25 DE JANEIRO DE 2019
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO: O Processo nº 028/2019 - CMG, datado de 21/01/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para o município de Cachoeira do Arari/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CAP QOPM RG 33483 ARMANDO JOFRE SOUZA DE LIMA	54193372/1	712.064.692-34		
3º SGT PM RG 18134 ELVIS DA SILVA MONTEIRO	51961321/1	370.453.002-63	18/01 a 20/01/2019	3,0 (Alimentação)
CB PM RG 38560 RAUMUNDO NÉLIO PEREIRA DE LIMA	57232600/1	952.401.012-72		
CB PM RG 27215 GLEIDSON DA COSTA FREITAS	5779359/1	474.786.692-34		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém/PA, 25 de janeiro de 2019 OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401792

PORTARIA Nº 035/2019 – CMG, 28 DE JANEIRO DE 2019
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO: O Processo nº 039/2019 - CMG, datado de 21/01/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para os municípios de Salinópolis/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
MAJ QOPM RG 75177 ANDRÉ ICASSATTI QUEIROZ	58178891/1	574.744.942-72	18/01 a 21/01/2019	3,5 (Completa)
3º SGT QOPM RG 32945 CLAYTON MENEZES DA CUNHA	54192517/1	752.318.162-72		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém/PA, 28 de janeiro de 2019 OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401898

PORTARIA Nº 029/2019 – CMG, 25 DE JANEIRO DE 2019
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO: O Processo nº 027/2019 - CMG, datado de 21/01/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para o município de Santarém/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CEL QOPM R/R RG 9916 OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR	34059150/1	042.691.858-48		
MAJ QOPM RG 27273 CÁSSIO TABARANÁ SILVA	5807867/1	630.340.932-68		
MAJ QOPM RG 30362 RODRIGO PATRÍCIO RIBEIRO HAMAD	5833213/1	516.915.072-53		
2º TEN QOPM RG 39206 IGOR ALESSANDRO LEAL FARAH	4220563/1	002.137.002-80	22/01/2019	1,0 (Alimentação)
3º SGT PM RG 15709 ANTÔNIO MARCELO BORGES DO NASCIMENTO	5126517/1	306.999.832-15		
CB PM RG 36777 MAX ANDRESSON TEIXEIRA GOUVEIA	5722517/1	844.258.222-34		
CB PM RG 32305 CLEYTON HILDEBERG MAGALHÃES LEAL	54193198/1	842.626.302-00		
SD PM RG 38383 LUIZ FERNANDO AZULAI SOARES	4220293/1	000.849.312-05		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém/PA, 25 de janeiro de 2019 OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401886

PORTARIA Nº 034/2019 – CMG, 28 DE JANEIRO DE 2019
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO: O Processo nº 022/2019 - CMG, datado de 17/01/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para os municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
2º TEN QOPM RG 39203 VICTOR LINCOLN DA CUNHA BARROS	4220541-1	827.449.202-15		
3º SGT QOPM RG 25804 INÊZ FERREIRA TEIXEIRA	5736650/1	585.139.492-72	18/01 a 21/01/2019	2,5 (Completa) 1,0 (Alimentação)
3º SGT QOPM RG 23379 SANDRA REGINA CARDOSO	5673704/1	393.397.422-49		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém/PA, 28 de janeiro de 2019 OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401897

PORTARIA Nº 026/2019 – CMG, 25 DE JANEIRO DE 2019
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO: O Processo nº 019/2019 - CMG, datado de 17/01/2019

RESOLVE:
I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao policial militar abaixo mencionado, por ter seguido viagem para o município de Santarém/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CAP QOPM RG 35503 KRISTIAN BATISTA CASTRO	5719833/1	749.574.572-04	01/01 a 02/01/2019	2,0 (Alimentação)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém/PA, 25 de janeiro de 2019 OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401778

PORTARIA Nº 023/2019 – CMG, 25 DE JANEIRO DE 2019
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO: O Processo nº 004/2019 - CMG, datado de 11/01/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para o município de Capanema e Stª Luzia do Pará/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CAP PM RG 31133 JOSIAS ALVES FILHO	5887445-1	683.586.032-91	10/01/2019 a 11/01/2019	1,5 (completa)
2º SGT PM RG 20775 MANOEL JACINALDO ALVES COTA	542010-5	429.740.972-00		
CB PM RG 38121 WELLYTON DA SILVA COSTA	57191885-2	741.633.412-91		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém/PA, 25 de janeiro de 2019 OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401877

PORTARIA Nº 032/2019 – CMG, 25 DE JANEIRO DE 2019
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO: O Processo nº 030/2019 - CMG, datado de 21/01/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para o município de Mosqueiro/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIAS
CAP QOPM RG 33483 ARMANDO JOFRE SOUZA	54193372/1	712.064.692-34		
CAP QOPM RG 35487 CARLOS EDUARDO MORAIS DE SOUSA	57173389/2	691.968.262-15		
3º SGT PM RG 25604 SHIRLEY DOS SANTOS CASTRO	572260/1	426.227.352-00	12/01/2019	1,0 (Alimentação)
CB PM RG 38136 ROSENILDO GONÇALVES ALVES	57227675/1	821.641.852-34		
CB PM RG 37434 CARLOS ALBERTO DE SOUSA SILVA	57222004/1	835.627.102-91		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém/PA, 25 de janeiro de 2019 OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 401867

PORTARIA Nº 031/2019 – CMG, 25 DE JANEIRO DE 2019
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO: O Processo nº 029/2019 - CMG, datado de 21/01/2019

RESOLVE:

I - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos policiais militares abaixo mencionados, por terem seguido viagem para o município de Soure/PA, a serviço do Governo do Estado.